



DESENVOLVIMENTO LOCAL E A ATIVIDADE ECONÔMICA PESQUEIRA: ESTUDO DE UMA COMUNIDADE-CASO

GT – Economia e Desenvolvimento Regional

João Carlos de Pádua Andrade¹
Alexandre Schiavetti²
Daianne Gabrielle Morais Behrmann³
Adrielli Santos de Santana⁴
Clara Campos e Campos⁵

RESUMO

As questões referentes aos processos de desenvolvimento remetem a explicativas de que o desenvolvimento trata-se de um construto social no qual não se pode estabelecer um limite final. Pode-se estabelecer parâmetros comparativos entendendo que o desenvolvimento é um processo a ser construído. Ao longo da história, percebe-se que a humanidade, nas diferentes culturas e com diferentes técnicas buscou, e ainda busca, meios para desenvolver-se, seja economicamente e/ou socialmente. Nesse construto, as comunidades tradicionais buscam manter seus padrões de desenvolvimento frente os diversos avanços da sociedade. Visando demonstrar as características de uma determinada comunidade e como a mesma promove seu processo de desenvolvimento, o presente artigo utilizou como metodologia a pesquisa-ação, que constituiu no envolvimento dos pesquisadores no meio da comunidade desenvolvendo ações de geração de renda e paralelamente, observando comportamentos e atitudes. Como resultados, percebeu-se que as características locais sinalizam que a comunidade local seja considerada como tradicional. Observou-se também que as parcerias e o associativismo constituem linhas mestras de evolução socioeconômica da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Desenvolvimento Local. Pescadores artesanais.

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade pode ser descrita como um processo baseado em um construto social. Na evolução dessa construção, o conceito de desenvolvimento, cuja origem baseia-se numa égide positivista relacionada ao crescimento de taxas e indicadores econômicos (MARTINS, 2002), tem passado por transformações ao ponto de considerar as

¹ MS. Professor do DCEC; jcpandrade@uesc.br

² PhD. Professor do DCAA; aleschi@uesc.br

³ MS. Voluntária do Escritório de Projetos (EPEC/UESC); daiianne_behrmann@yahoo.com.br

⁴ Discente de Economia; Bolsista PROBEX; adrielli_santana@outlook.com

⁵ Discente de Engenharia de Produção; Voluntária do EPEC; claracamposecampos@gmail.com



características locais, buscando abranger o conceito de comunidades locais.

O desenvolvimento local ganha importância e autores buscam contribuir com sua formulação conceitual e prática. Pode ser considerado como um processo de transformação social, cultural, econômica e política envolvendo o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança, numa perspectiva de melhoria de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade (CASTILHO et al., 2009). Sendo um processo, o desenvolvimento não tem um ponto final, configurando-se como uma eterna busca, mesmo para aquelas nações consideradas desenvolvidas.

O desenvolvimento local não deve corresponder a uma receita pronta com medidas padronizadas a serem aplicadas em qualquer lugar (MARTINS, 2002). Este pode ser conceituado como o conjunto de ações que visam promover melhorias na qualidade de vida dos atores sociais, individual e coletivamente, que integram uma comunidade, impactando diretamente nas esferas sociais, econômicas, culturais e políticas desta (CASTILHO et al., 2009).

As discussões sobre o desenvolvimento local ocorreram em oposição ao desenvolvimento capitalista. Enquanto que este último tem sua base na busca da acumulação de excedentes, o desenvolvimento local valoriza os interesses e o bem-estar comunitário acima das motivações financeiras individuais (MARTINS, 2002), tendo como o principal elemento o ser humano (CASTILHO et al., 2009). Dessa forma, o desenvolvimento local está diretamente relacionado à manutenção das identidades culturais de uma comunidade ou grupo social, partindo do pressuposto de que a promoção do acesso à cultura é tão importante quanto o fortalecimento econômico e político da localidade, se constituindo em um direito e uma necessidade de todos os indivíduos (KASHIMOTO et al., 2002). Esses autores acrescentam ainda que a cultura estimula o desenvolvimento de um processo criativo canalizado para as demais áreas em desenvolvimento.

Como produto do desenvolvimento local obtém-se o fortalecimento do capital social, o qual consiste em uma propriedade coletiva, compartilhada entre os atores sociais, integralizada na comunidade e renovável (MILANI, 2003). E como resultado tem-se a melhoria na qualidade de vida e o surgimento de novas formas de produzir e compartilhar dentro do ambiente comunitário (CASTILHO et al., 2009).

No contexto apresentado, torna-se necessário o entendimento sobre o lugar onde o homem interage com seus semelhantes e com o ambiente a sua volta, constituindo-se como o



seu território (RAFFESTIN, 1993). O território pode assumir uma representação física, também denominada geográfica, ou uma representação simbólica, decorrente do valor afetivo existente entre os indivíduos (PERUZZO & VOLPATO, 2009).

A representação simbólica pode ser demonstrada por uma comunidade tradicional, por exemplo. Para fins legais, o artigo 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), define comunidades tradicionais como grupos sociais caracterizados pela presença de uma identidade cultural que os distinguem dos demais e pelo uso sustentável dos recursos naturais para assegurar a manutenção das atividades culturais, econômicas e sociais dentro de um território, utilizando como ferramentas os conhecimentos adquiridos e transmitidos dentro de suas tradições.

Ampliando as definições apresentadas, Diegues (2000) destaca que estes grupos, em sua maioria, se apresentam em diferentes graus de isolamento do restante da sociedade, decorrentes da localização geográfica ou de fatores socioeconômicos e culturais determinantes. O autor expõe que a organização social se fundamenta no cooperativismo para fortalecer os interesses coletivos e promover melhorias na qualidade de vida e na adaptação ao meio no qual estão inseridos.

Os agentes que integram uma comunidade tradicional possuem conhecimento da relação de interdependência que mantêm com o ecossistema, levando-os a minimizar os impactos que exercem sobre o meio ambiente (TOLEDO, 2001). Desta forma, o caráter sustentável dentro de uma comunidade surge dos valores transmitidos pela sua vivência, e não somente pelas suas necessidades (DIEGUES, 2003).

Diante do contexto exposto, no qual são apresentadas duas temáticas, desenvolvimento local e comunidades tradicionais, que ao longo do processo evolutivo da humanidade estiveram, de alguma forma, em sincronismo, o presente artigo visa verificar se as características de uma determinada comunidade de pescadores artesanais coincidem com as características de comunidade tradicional e como se constituem seus processos de desenvolvimento local.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável

Nos embates teóricos, traçar uma linha para discutir conceitos de desenvolvimento não é algo simples. Segundo Souza (1999), não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Para a autora, existem duas correntes de pensamentos: a primeira considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento; e a segunda, voltada para a realidade empírica, na qual o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é a condição suficiente.

O desenvolvimento econômico é a parte da economia que se dedica à melhoria do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo, relacionada ao progresso tecnológico, estratégias de crescimento, dentre outros (MONTORO FILHO et al., 2001; ROSSETTI, 1997). Conforme Bassan (2014), o desenvolvimento econômico está relacionado ao processo de transformação na estrutura econômica, impactando assim, na alteração da qualidade de vida das pessoas.

Para Sen (2010), o desenvolvimento de uma nação está relacionado às condições que ela dispõe para a população realizar suas próprias escolhas, ou seja, o objetivo final do desenvolvimento deve ser a liberdade, configurada a partir da obtenção dos cinco tipos de liberdade instrumental que referem-se a: i) liberdades políticas relacionadas a liberdade de escolha; ii) facilidades econômicas que correspondem as possibilidades que os indivíduos tem de fazer uso dos recursos econômicos com intuito de consumir, produzir ou trocar; iii) oportunidades sociais que a sociedade dispõe nas áreas de saúde, educação, cultura e etc.; iv) garantias de transparência demonstradas pela clareza nas ações; e, v) segurança protetora fundamental para possibilitar um circuito de segurança social.

Denota-se que a economia capitalista possui a capacidade de se ajustar, em escala global, à interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de bens e serviços. Assim, a caracterização do processo de desenvolvimento local não pode deixar de reconhecer que o quadro existente é profundamente marcado pelo contexto histórico dos interesses do mercado externo (CASTELLS, 1999).

Considerando o tema desenvolvimento como um processo contínuo, este gerou linhas de pensamentos com concepções diferentes. Um exemplo é o desenvolvimento sustentável,



modelo que busca reduzir as imperfeições do modelo capitalista de produção, visando, conforme o Relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (BRUNDTLAND, 1988), satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Torna-se imprescindível que “cada sociedade busque construir formas de sustentabilidades próprias, com respeito as suas tradições culturais, suas próprias regras e demais aspectos das comunidades” (DIEGUES, 1992, p. 28). Em acordo com o pensamento de Chambers (1987) sobre desenvolvimento e sociedade, as pessoas devem ser as condutoras e não os seres conduzidos no processo de desenvolvimento, dessa forma há um contexto mais propício para que sejam construídas as chamadas sustentabilidades próprias, a partir das demandas reais.

Sobre as dimensões da sustentabilidade, Sachs (2002) apresentou uma das contribuições mais importantes e reconhecidas nas discussões sobre as perspectivas dessa temática, propondo oito dimensões: (i) a dimensão social, que propõe igualdade social e da distribuição de renda justa; (ii) a cultural que propõe o equilíbrio entre as tradições e mudanças, valorização do local; (iii) a ecológica com foco na preservação e limitação do uso do capital natural; (iv) a ambiental com o respeito aos ecossistemas naturais; (v) a territorial que contempla a busca do equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais; (vi) a econômica buscando o equilíbrio econômico entre setores produtivos; (vii) a dimensão política nacional que engloba os direitos humanos, parceria com os empreendedores; e, (viii) a dimensão política internacional com o fomento da paz e da cooperação internacional.

Estas dimensões refletem a leitura que Sachs faz do desenvolvimento dentro de uma nova proposta, como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural (JACOBI, 1999).

2.2 A pesca artesanal como atividade econômica produtiva

Considerada uma das atividades produtivas mais antigas da existência humana, a pesca assumiu amplas dimensões, principalmente pelo seu dinamismo e pela sua complexidade (MAZOYER & ROUDART, 2010). Concomitante ao seu desenvolvimento, a atividade



pesqueira tem gerado diferentes situações, por um lado ela representa sustentáculo econômico para diversos atores (SANTOS et al., 2012), por outro, tem causado impactos aos recursos naturais (BERKES et al., 2001) e diversos conflitos socioambientais (CHARLES, 1992).

Percebe-se que a atividade pesqueira sofre a influência de vários fatores, a exemplo da falta de gestão (PITCHER & LAM, 2010), problemas ambientais (CAPELLESSO & CAZELLA, 2011), exploração em excesso (COLLOCA et al., 2004; PORCHER et al., 2010) e redução do estoque em algumas regiões (BENDER et al. 2013). Agrega-se também, como aspecto que pode influenciar negativamente a atividade pesqueira, os possíveis impactos causados pelas mudanças climáticas (BADJECK et al., 2010; SEIXAS et al. 2014; EGLER & GUSMÃO, 2014)

Para atender a crescente demanda humana por pescado no mundo (BERKES et al., 2001), a pesca artesanal de pequena escala tem desempenhado um papel importante (TUBINO et al., 2007). Os pescadores artesanais são responsáveis pela captura de mais da metade de todos os peixes no mundo e emprega cerca de 51 milhões de pescadores (BERKES et al., 2001), podendo chegar a cerca de 84 milhões de pessoas quando considerados os mercados de trabalho direto e indireto (SILVA et al., 2013).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Métodos de pesquisa

Os métodos de investigação do presente artigo tem origens na pesquisa-ação (MISKOVIC & HOOP, 2006; THIOLENT & SILVA, 2007), em razão do engajamento dos autores em ações de extensão na comunidade de pescadores analisada. Essa forma de abordagem metodológica parte do princípio de que os desafios socioeconômicos e ambientais demandam novos métodos de investigação capazes de superar as visões econômicas predominantes que se revelaram restritiva para a compreensão da complexidade socioambiental (THIOLENT & SILVA, 2007).

A utilização de metodologias que foquem em ações participativas configura-se como um método flexível que permite o investigador ter acesso à comunidade a fim de buscar, em conjunto, soluções para problemas específicos (THIOLENT & SILVA, 2007). Nesse



processo, o método da pesquisa-ação segue um ciclo onde ocorre oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela (TRIPP, 2005). “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança (...), aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”(TRIPP, 2005, p. 446),

A realização de diagnósticos participativos, desenvolvimento de ações de capacitações, estruturação produtiva, introdução de novas fontes de renda e busca de mercado para os produtos oriundos da comunidade, com intuito de resolver uma problemática local referente ao campo limitado de oportunidades de geração de renda, possibilitou aos pesquisadores o desenvolvimento de diversas pesquisas no ceio da comunidade.

Na realização de pesquisas através da pesquisa-ação, foi possível observar os processos de desenvolvimento da comunidade e também se a mesma se caracteriza como comunidade tradicional. Para verificação do processo de desenvolvimento local, procurou analisar os principais meios utilizados pelos atores para solução dos problemas locais e melhorias da qualidade de vida dos habitantes. Essa verificação deu-se através da inserção dos pesquisadores nas reuniões e eventos da comunidade, possibilitando o registro das formas utilizadas para solução de seus problemas.

Quanto à verificação se a comunidade local pode ser definida como tradicional, foram utilizadas literaturas sobre comunidades tradicionais e o exposto no Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007). Essa literatura serviu de base para comparação com as características locais.

A dinâmica socioeconômica, ambiental e cultural foi analisada por meio de entrevistas semiestruturadas aos moradores da comunidade, realização de mapas dos sonhos, observação e diário de campo, este último foi utilizado pelos pesquisadores com o intuito de registrar os dados e informações de forma que, posteriormente, fossem interpretados.

3.2 Área de estudo

Os estudos apresentados no presente artigo foram realizados em uma comunidade de pescadores artesanais denominada Pedras de Una, localizada no município de Una na região sul da Bahia. Essa comunidade, segundo os agentes comunitários locais responsáveis por ações de prevenção da saúde, tem população em torno de 950 habitantes dos quais cerca de

90% dependem da pesca. Está localizada nas margens do Rio Una, abrangendo área de mangue e próxima da faixa litorânea (Figura 1).

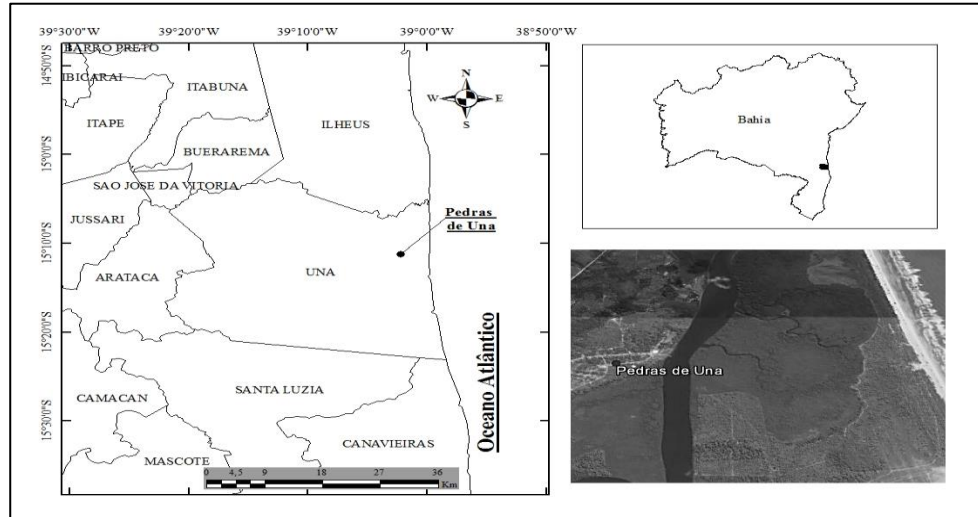


Figura 1 – Localização da Comunidade de Pedras de Una, Estado da Bahia, Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A comunidade de pescadores de Pedras de Una pode ser considerada comunidade tradicional?

Partindo das características que uma determinada comunidade deve possuir para que seja definida como tradicional de acordo com Toledo (2001), buscou-se, junto aos integrantes da comunidade analisada, verificar se a mesma atendia aos critérios estabelecidos pelo autor citado: (i) possuir descendência com os primeiros habitantes locais; (ii) possuir atividades econômicas, culturais e sociais diretamente relacionadas ao uso da natureza e dos recursos naturais; (iii) serem produtores de pequeno porte, dado que a produção é voltada para suprir as necessidades básicas individuais e coletivas; (iv) possuir organização pautada no interesse comunitário; (v) compartilhar as mesmas características socioculturais e linguísticas entre seus integrantes; (vi) possuir relação de afeto com a natureza e o ambiente onde vivem; e, (vii) reconhecerem como povos e/ou comunidades tradicionais.

A comunidade de Pedras de Una é constituída por diversas gerações de pescadores. Durante a pesquisa, foi possível encontrar três gerações (avôs, filhos e netos) praticando



atividade pesqueira (ANDRADE; SCHIAVETTI, 2015). Segundo relatos dos moradores locais, a comunidade também apresenta traços culturais de remanescentes de quilombos, algo que está em processo de análise por especialistas. Desta forma, percebe-se que a comunidade analisada atende ao primeiro critério exposto por Toledo (2001): (i) possuir descendência com os primeiros habitantes locais.

Sua principal fonte de renda está relacionada à atividade pesqueira. Cerca de 90% da comunidade local tem essa atividade como a principal fonte de renda. Os pescadores locais contam com o rio Una que margeia a comunidade, com o manguezal nas margens do rio e com a costa atlântica, todos esses como ambientes pesqueiros. Constatou-se também, na comunidade analisada, que a produção gerada de pescados, por não ser de grande escala em virtude de utilizar práticas artesanais, é destinada para atender as necessidades básicas e os excedentes, quando gerados, são comercializados na própria comunidade por compradores que se deslocam de outras localidades, conhecidos como atravessadores, aqueles que compram dos produtores e revendem aos comerciantes da região (ANDRADE; SCHIAVETTI, 2015; BEHRMANN, 2015).

Aliado ao cenário exposto no parágrafo anterior, a pesquisa realizada por Behrmann (2015) demonstra que a comunidade atende a outros dois critérios estabelecidos por Toledo (2001): possuir atividades econômicas, culturais e sociais diretamente relacionadas ao uso da natureza e dos recursos naturais e serem produtores de pequeno porte, dado que a produção é voltada para suprir as necessidades básicas individuais e coletivas. A pesquisadora identificou que das 177 residências da comunidade, 69% possuíam pelo menos um indivíduo que desempenhasse a pesca para fins econômicos ou de subsistência, sendo a média de dois pescadores por residência.

Visando superar obstáculos locais, aprimorar relações e promover a melhoria da qualidade de vida, a sociedade tem buscado fortalecer o viés do associativismo. Karl Marx, através do seu manifesto comunista, afirmou que apenas na coletividade é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos, tornando-se possível a liberdade pessoal (MARX & ENGELS, 1998). No caso brasileiro, a sociedade apresenta-se de forma diversificada destacando-se as redes associativas e de mobilização (GOHN, 2014).

Entendendo as características intrínsecas no contexto do parágrafo anterior que sinaliza o caminho associativista para fortalecer as ações de desenvolvimento, a comunidade



de Pedras de Una institucionalizou a Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Pedras de Una (Amepedras), no ano de 1996, a qual tem o objetivo de buscar formas de melhorar as condições socioeconômicas locais. A associação conta com mais de 200 (duzentos) associados, contemplando mais de 85% das famílias de moradores da comunidade. Desta forma, atende-se ao seguinte critério estabelecido por Toledo (2001): possuir organização pautada no interesse comunitário.

A importância dada pela comunidade à associação local pôde ser constatada através das atividades de extensão realizadas, as quais foram iniciadas no final do ano de 2010 e presente atualmente. Através da pesquisa-ação percebeu-se a participação dos moradores locais nas atividades relacionadas ao fortalecimento do espírito associativista local e consequentemente, a busca de ações de desenvolvimento.

A participação da comunidade local na busca da organização coletiva assemelha-se a colocação de Martins (2002) ao afirmar que o homem é um ser social e comunicável, responsável por manter relações entre indivíduos semelhantes, sendo um agente transformador do espaço e criador de identidades, torna-se fundamental para a vida comunitária.

A atividade pesqueira realizada pelos pescadores da comunidade analisada possibilitou ao longo de sua história, a transmissão de suas técnicas entre as gerações, compartilhando o conhecimento tradicional acumulado. Este último entendido como a herança passada de gerações para gerações, fundamental na manutenção das comunidades tradicionais locais com fortes raízes culturais (DELICADO et al., 2012; PEREIRA & DIEGUES, 2010).

O conhecimento tradicional possibilita ao pescador possuir conhecimentos detalhados acerca da ictiofauna local (ALARCON et al., 2009; CALÓ et al., 2009; BARBOSA FILHO et al., 2014; FERREIRA et al., 2014) e conhecimento específico sobre o mar e a costa (DELICADO et al., 2012). Esse conhecimento impôs aos pescadores locais, além da dependência econômica, respeito e afeto representados pela sua relação com o ambiente pesqueiro da região.

Percebe-se através dos dois últimos parágrafos, a similaridade das características da comunidade analisada com as características expostas por Toledo (2001) referente aos seguintes aspectos: compartilhar as mesmas características socioculturais e linguísticas entre seus integrantes e possuir relação de afeto com a natureza e o ambiente onde vivem.

Quanto ao sétimo critério apontado por Toledo (2001), reconhecerem como povos e/ou



comunidades tradicionais, a comunidade analisada além de se colocar como tradicional de pescadores artesanais busca seu reconhecimento como remanescentes de quilombo, “definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade” (SCHMITT et al., 2002, p. 3).

Historicamente, a formação da comunidade seguiu o caminho apontando por Raffestin (1993). Primeiro foi ocupado o espaço pelos primórdios da comunidade analisada. Dadas as condições favoráveis para subsistência em virtude da abundância de peixes da época, delimitou-se o território local, apropriando de um espaço. Assim, percebe-se que o espaço da comunidade constitui a “prisão original” enquanto que o território onde existe a comunidade, a “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

No caso específico, Pedras de Una possui no seu entorno características que a impulsionou para a atividade pesqueira. O rico e abundante ambiente pesqueiro da época da ocupação do espaço, segundo pescadores mais antigos, conduzia os habitantes recém-chegados a extraírem sua subsistência da pesca. Dessa forma, primeiro ocuparam espaço e num segundo momento, dada as oportunidades do local, estabeleceram seu território. Essa relação com o ambiente local gerou (e é perceptível nos moradores locais) o sentimento de pertencimento, caracterizando uma identidade-território (SOUZA & PEDON, 2007).

Dada a exploração desordenada sobre ambientes pesqueiros praticada no mundo (COLLOCA et al., 2004; PORCHER et al., 2010), e consequente diminuição de seus estoques em determinadas localidades, (BENDER et al. 2013), situações presentes na comunidade analisada, tornou-se necessário a implementação de medidas que delimitassem ambientes pesqueiros que envolvem comunidades tradicionais. Os pescadores da comunidade analisada fazem parte da Reserva Extrativista de Canavieiras (CARDOZO et al., 2012), a qual visa proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006), constituindo-se como uma estratégia de proteção e de gestão costeira (DIEGUES, 1999) e uma condição necessária para evitar conflitos sobre os recursos (BEGOSSI, 2006). Através da pesquisa-ação, denota-se que essa estratégia de conservação, contribuiu ainda mais com o sentimento de pertencimento a uma comunidade tradicional dos pescadores locais.

As características da comunidade analisada contemplam ao exposto por literaturas que aportam sobre comunidades tradicionais e atendem também as características que compõem o Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007) no qual a comunidade de Pedras de Una representa um grupo culturalmente diferenciado, se reconhece como tradicional, possui formas próprias de



organização social, ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Dessa forma, pode-se afirmar que a comunidade de Pedras de Una apresenta todas as características necessárias para ser caracterizada como tradicional.

4.2 Como tem sido o processo de desenvolvimento local da comunidade analisada?

A análise dos indicadores de desenvolvimento humano (AtlasBrasil, 2013) no município de Una, onde localiza-se a comunidade de Pedras de Una, sinalizam um contexto de extrema vulnerabilidade a pobreza, onde a população, principalmente os jovens e as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social acentuada, tem nulas ou poucas opções de ocupação, situação relacionada ao baixo nível educacional e a falta de oportunidades para o emprego formal. Essa conjuntura pode sugerir o êxodo dos jovens da comunidade, sendo refletido, sobretudo, pelo número de pescadores (32% da totalidade) que possuem entre 16 e 29 anos (BEHRMANN, 2015).

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (AtlasBrasil, 2013), o município de Una, apresenta indicadores de desenvolvimento humano municipal referente a 0,560 considerando as variáveis renda, longevidade e educação, índice que se encontra abaixo da média nacional que é de 0,727. Enquanto a média da taxa de analfabetismo do Brasil foi de 9,61%, no município de Una chega a 25,35% da população. No Brasil, estima-se que 37,89% da população acima de 18 anos tem ensino médio completo, enquanto que no município de Una este número atinge 18,20% da população.

Os indicadores de desenvolvimento humano apresentados refletem a inferioridade da renda per capita identificada em Una quando comparada a renda per capita média do Brasil. Enquanto a renda média do país é de R\$ 793,87, em Una não ultrapassa a média de R\$ 300,00. Enquanto 32% da população brasileira é considerada como vulnerável a pobreza, neste município representa aproximadamente 60% da população. Denota também que o setor agropecuário é o que mais gera empregos no município, 53% da população de Una, dado superior à média nacional que é de 13,55% (AtlasBrasil, 2013).

Os dados apresentados são importantes para verificar o contexto local em que se insere



a comunidade de Pedras de Una, com seu processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Entretanto, a discussão sobre o desenvolvimento deve transcender o debate puramente dos indicadores de renda e a importância do crescimento econômico. É necessário “enxergar muito além dele” (SEN, 2010, p. 28).

O processo de desenvolvimento local deve ser entendido como uma esfera multifacetada capaz de absorver as peculiaridades físicas e sentimentais de cada localidade analisada, considerando ainda que, para cada tipo de sociedade, existirão formas de pensar e agir que poderão, em alguns casos, coincidir ou não com outras comunidades. Além disso, se a análise buscar formas de desenvolvimento através do olhar de cada indivíduo, tem-se nesse horizonte, uma infinidade de opções e formas de pensar e agir.

O cenário exposto no parágrafo anterior, foi bem perceptível na comunidade analisada. Através dos diagnósticos com pescadores e marisqueiras, envolvendo públicos masculino e feminino, percebia-se nos primeiros o foco na geração de renda puramente oriunda da pesca, diferente do público feminino que, além de pensar na importância da renda, acrescentava a necessidade de novas atividades geradoras de renda, preocupação com o lar e com o futuro dos filhos. E nesses casos, quando da elaboração de mapas dos sonhos, uma das atividades da pesquisa-ação, o que se percebia era a preocupação primeiro com os seus sucessores e no último estágio, apresentavam sonhos próprios.

A atuação feminina presente no público da comunidade analisada e perceptível na pesquisa-ação tem sido um canal na busca pela liberdade, entendida que esta é capaz de melhorar os processos de desenvolvimento (SEN, 2010). Como demonstrou a Tabela 1, o público feminino local tem mais interesse por novas ações e atividades que sinalizem a possibilidade de melhorias das condições socioeconômicas locais.

O interesse do público feminino pode ser atribuído ao fato delas terem mais tempo disponível se comparado com o público masculino. O que de fato não corresponde a verdade absoluta, pois elas tem as atribuições dos lares e a atividade da mariscagem que demandam tempo e esforço físico. Além disso, tem que enfrentar a visão machista local que “restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino” (SEN, 2010, p. 30).

Dentro desse contexto, a comunidade analisada tem buscado melhorar seu processo de desenvolvimento local através do fortalecimento do espírito coletivo e de parcerias com instituições regionais que possam contribuir com a melhoria socioeconômica da comunidade.

Nos últimos cinco anos (2010-2015) do desenvolvimento de pesquisa-ação na



comunidade, percebeu-se uma considerável mudança nas características associativistas locais. Inicialmente, discutiam-se temas relacionados a pesca praticada pelo público masculino, excluindo do foco a canalização de benefícios adquiridos para o público feminino. Circunstância esta que passou a ter outra conotação a partir do momento em que as mulheres passaram a ser protagonistas de ações específicas.

Através do envolvimento de outras instituições (universidade e organizações não-governamentais) que sinalizavam para a importância do público feminino e do associativismo para o desenvolvimento local, estes passaram a ter maior relevância no cenário da comunidade. Foram introduzidos novos projetos (capacitações, produção de vestimentas, montagem de centro de inclusão digital e construção de moradias) que contribuíram para o despertar local às questões relacionadas ao desenvolvimento.

A visualização da concretização de sonhos de ter uma moradia de alvenaria com condições adequadas de habitação, diferente dos barracos de madeira que possuíam, elevou a autoestima dos atores locais. Concomitantemente, a comunidade se envolveu em novos movimentos de cunho feminista, a exemplo da Rede de Mulheres, grupo de pescadoras e marisqueiras no sul da Bahia que busca emponderar o público feminino nas questões de produção, saúde, direitos da mulher, de forma a contribuir com a qualidade de vida.

O que se percebe na comunidade analisada, é que o desenvolvimento local tem sido uma caminhada que envolve a superação de conflitos locais, principalmente aqueles em que o individualismo tenta suprimir o coletivismo. Para tanto, dadas as condições de isolamento da comunidade e a necessidade de convivência entre os habitantes locais, estes buscam entender que um necessita do outro e isso tem proporcionado uma evolução na melhoria da qualidade de vida. Essa por sua vez, pode ser medida pela satisfação da população local em ter melhores condições de moradia, novas formas de produção e possibilidades de atingir aqueles sonhos que, no momento da elaboração do mapa dos sonhos, seriam inalcançáveis.

O panorama apresentado na comunidade analisada indica as características de um projeto sustentável no qual, a iniciativa de desenvolvimento deve ter uma dose social, econômica e ambiental mais sustentável (ALMEIDA, 2002), que também busque satisfazer as necessidades materiais e espirituais dos envolvidos (GUIMARÃES, 1998) e incorpore as questões da pobreza e da exclusão social local (BARBIERI, 1997).

Denota-se no processo de desenvolvimento da comunidade, que ao passo em que se conquista determinado objetivo, tendo dessa forma liberdade (SEN, 2010), postula-se a outro



nível de sonho, de busca e de conquista. E nessa caminhada, têm-se dois instrumentos primordiais: a organização social local através da associação de pescadores e marisqueiras e a formalização de parcerias com diferentes atores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade analisada, o processo de desenvolvimento local tem sua sustentação em duas linhas mestras: o associativismo e as parcerias com diversos atores. Essas duas linhas tem gerado novos conhecimentos que adicionado ao conhecimento tradicional acumulado na comunidade tem possibilitado o acesso a políticas públicas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida local.

O envolvimento dos pesquisadores com a comunidade possibilitou verificar que o desenvolvimento local ganha novas conotações quando as parcerias entendem a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental locais e procura auxiliar na resolução de dificuldades que os próprios atores, agindo sozinhos, não teriam condições de superar. Dessa forma, não se introduz uma nova lógica de desenvolvimento de forma verticalizada, mesmo porque a comunidade ao longo de sua história tem um processo de desenvolvimento. O que se deve fazer é potencializar aquelas ações em que os moradores locais já praticam e gostam de realizar.

Nessa lógica, novas ações que demandam mais esforços que aqueles já canalizados pela comunidade poderão ter insucesso, diferente daquelas que consideram essa dinâmica local. Assim, o desenvolvimento local deve seguir os preceitos já estabelecidos nas comunidades tradicionais, dando-lhe, quando necessário, novas conotações que considerem os esforços, o modo de vida e os anseios das comunidades tradicionais.

Com a reflexão do desenvolvimento como liberdade proposto por Sen (2010), surge no contexto da comunidade analisada, a necessidade da intervenção do poder público para a garantia de acesso aos direitos básicos: saúde, educação, segurança, saneamento, transporte, acesso as telecomunicações, entre outros, pois a partir do atendimento a estas demandas seria possível considerar que os membros da comunidade teriam condições mínimas para saírem da condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica e exercerem o papel de cidadãos, com a possibilidade da participação e exercício de voz ativa nos espaços coletivos de discussão de políticas públicas, programas e projetos governamentais, nas áreas de desenvolvimento, fortalecimento produtivo, meio ambiente, entre outras.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCON, D. T.; DÂMASO, R. C. DA S. C.; SCHIAVETTI, A.. **Abordagem etnoecológica da pesca e captura de espécies não-alvo em Itacaré, Bahia (Brasil)**. Boletim do Instituto da Pesca, (ISSN 1678 – 2305), v. 35, n. 4, p. 675 – 686. São Paulo, SP: 2009. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/35_4_675-686.pdf. Acesso em: 15 jan. 2014.
- ALMEIDA, J.. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, D. F. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ANDRADE, J. C. de P; SCHIAVETTI, A.. **Artisanal fishing and local conflicts: the case of the Pedras de Una fishing community, Bahia, Brazil**. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 2015 (No Prelo). DOI: 10.5894/rgci536
- ATLASBRASIL. **Perfil do município de Una – Bahia**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/una_ba#educacao. Acesso em: 10 de jun. 2014.
- BADJECK, M. C.; ALLISON E. H.; HALLS, A. S.; DULVY, N. K.. **Impacts of climate variability and change on fishery-based livelihoods**. *Marine Policy*, v. 34, n. 3, p. 375-383, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2009.08.007>
- BARBIERI, J. C.. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARBOSA FILHO, M. L. V.; SCHIAVETTI, A.; ALARCON, D. T.; COSTA NETO, E. M.. **“Shark is the man!”: ethnoknowledge of Brazil’s South Bahia fishermen regarding shark behaviors**. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 10, n. 54, 2014. DOI:10.1186/1746-4269-10-54
- BASSAN, D. S.. **Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana**. *Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador (BA)*, v. 16, n. 29, p. 39- 47, jun. 2014.
- BEGOSI, A.. **Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries**. *Ecology and Society*, v. 11, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art5/>
- BEHRMANN, D.G.M.. **A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL: um estudo da comunidade de Pedras de Una, sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas, Ilhéus, UESC, 2015.
- BENDER, M. G.; FLOETER, S. R.; HANAZAKI, N.. **Do traditional fishers recognise reef fish species declines? Shifting environmental baselines in Eastern Brazil**. *Fisheries Management and Ecology*, v. 20, n. 1, p. 58–67, 2013. DOI:10.1111/fme.12006
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R.. **Managing**



small-scale fisheries alternative direction sand methods. Ottawa, Canadá: International Development Research Centre – IDRC, 2001. ISBN: 0-88936-943-7 / 320 pg. e-ISBN: 1-55250-301-1. Disponível em: <<http://www.idrc.ca/EN/Resources/Publications/Pages/IDRCBookDetails.aspx?PublicationID=186>> Acesso em: 05 mai. 2014.

BRASIL. Presidência da República. (2006) **Decreto de 5 de junho de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. (2007) **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CALÓ, C.F.F.; SCHIAVETTI, A.; CETRA, M.. **Local ecological and taxonomic knowledge of snapper fish (Teleostei: Actinopterygii) held by fishermen in Ilhéus, Bahia, Brazil.** Neotropical Ichthyology, v. 7, n. 3, p. 403-414, 2009. DOI: 10.1590/S1679-62252009000300007.

CARDOZO, L. S.; PORTO, M. F.; PIMENTEL, P. C. B.; RODRIGUES, J. S.; SCHIAVETTI, A.; CAMPIOLO, S.. **Discussões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental.** Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 12, n. 4, p. 463-475, 2012. DOI:10.5894/rgci367

CAPELLESSO, A.J.; CAZELLA, A. A.. **A pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC).** Ambiente & Sociedade, Campinas, V. XIV(2), p. 15-33, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª. ed, 1999.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A.. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.** Interações (Campo Grande). v. 10, n. 2 p. 159-169, jul./dez. 2009. doi:10.1590/S1518-70122009000200004.

CHAMBERS, R.. **Sustainable livelihoods, environment and development: putting poor rural people first.** IDS Discussion Paper 240, Brighton: IDS.1987.

CHARLES, A.T.. **Fishery conflicts: A unified framework.** Marine Policy, v. 16, n. 5, p. 379–393, 1992. DOI: 10.1016/0308-597X(92) 90006-B.

COLLOCA, F.; CRESPI, V.; CERASI, S.; COPPOLA, S. R.. **Structure and evolution of the artisanal fishery in a southern Italian coast al area.** Fisheries Research, v. 69, n. 3, p. 359–369, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.fishres.2004.06.014>

DELICADO, A.; SCHMIDT, L.; GUERREIRO, S.; GOMES, C.. **Pescadores, conhecimento**



local e mudanças costeiras no litoral Português. Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 12, n. 4, p. 437-451, 2012. DOI:10.5894/rgci349

DIEGUES, A. C. S.. **A socio-anthropologia das comunidades de Pescadores marítimos no Brasil.** Etnográfica, (ISSN 0873-6561), v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf Acesso em: 03 ago. 2014.

DIEGUES, A. C.S.. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** São Paulo em Perspectiva, v. 6, n.1-2, p. 22-30, jan/junho 1992. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf Acesso em: 03 abr. 2015.

DIEGUES, A.C.S. (org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** 189p. Ministério do Meio Ambiente. São Paulo, SP, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

DIEGUES, A. C. S.. **Sociedade e comunidades sustentáveis.** São Paulo: NUPAUB/USB, 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

EGLER, C.A.G.; GUSMÃO, P.P.. **Gestão costeira e adaptação às mudanças climáticas: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.** Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 14, n. 1, p. 65– 80, 2014. DOI: 10.5894/rgci370

FERREIRA, H. M; REUSS-STRENZEL, G. M.; ALVES, J. A.; SCHIAVETTI, A.. **Local ecological knowledge of the artisanal fishers on Epinephelus itajara (Lichtesntein, 1822) (Teleostei: epinephelidae) in Ilheus coast - Bahia State, Brazil.** *Journal of Ethnobiology and Thnomedicine*, v. 10, n. 51, 2014. DOI:10.1186/1746-4269-10

GOHN, M. G.. **Pluralidade da representação na América Latina.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 1, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>.

GUIMARÃES, R. P. **Modernidad, médio ambiente y ética: un nuevo paradigma de desarrollo.** Revista Ambiente & Sociedade. Ano I, No. 2. Campinas: Oficinas gráficas da UNICAMP, 1998.

JACOBI, P. R. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), 1999. p. 175-183. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/8135/6171>. Acesso em: 6 mai. 2015.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M., RUSSEFF, I. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento.** Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 4, p. 35-42, 2002. Disponível em: <<http://anagrama.art.br/textos/livros/culturadesenvKASHIM.pdf>>. Acesso



em: 24 nov. 2014.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas.** Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper74.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** 5. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

MAZOYER, M.; ROUDART, L.. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.: il ISBN 978-85-7139-994-5 (Editora UNESP).

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência em Pintadas (Bahia, Brasil).** In: Conferência Regional ISTR-LAC, 4., San José, Costa Rica., out. 2003. Disponível em: <http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf> Acesso em: 24 nov. 2014.

MISKOVIC, M.; HOOP, K.. **Action Research Meets Critical Pedagogy: Theory, Practice, and Reflection.** Qualitative Inquiry, v. 12, p. 269-291, 2006. DOI: 10.1177/1077800405284367.

MONTORO FILHO, A. F.; PINHO; D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.. (org) **Manual de economia.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C.. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 22, n.1, p. 37-50, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380%2Fdma.v22i1.16054>

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. **Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças.** Revista Líbero, v. 2, n. 24, p. 139-152, 2009. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regi%C3%A3o.pdf> Acesso em: 28 out. 2014.

PITCHER, T. J.; LAM, E. M.. **Fishful thinking: rhetoric, reality, and the sea before us.** Ecology and Society. 2010. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss2/art12/> Acesso em: 05 nov. 2014.

PORCHER, L. C. F.; POESTER, G.; LOPES, M.; SCHONHOFEN, P.; SILVANO, R. A. M.. **Percepção dos moradores sobre os impactos ambientais e as mudanças na pesca em uma lagoa costeira do litoral sul do Brasil.** Boletim do Instituto de Pesca, (ISSN 1678 – 2305), v. 36, n. 1, p. 61–72. São Paulo, SP, 2010. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/36_1_61-72.pdf Acesso em: 28 out. 2014.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 1997.



SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. P. N.; SEIXAS, S.; AGGIO, R. B. M.; HANAZAKI, N.; COSTA, M.; SCHIAVETTI, A.; DIAS, J. A.; AZEITEIRO, U. M.. **A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade**. Revista da Gestão Costeira Integrada, v. 12, n. 4, p. 405-427, 2012. DOI:10.5894/rgci385.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P.. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, Campinas, SP: n. 10, 2002 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>.

SEIXAS, S.R.D.C.; HOFFEL, J.L.D.M.; RENK, M.; SILVA, B.N.; LIMA, F.B.. **Percepção de pescadores e maricultores sobre mudanças ambientais globais, no litoral Norte Paulista, São Paulo, Brasil**. Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 14, n. 1, p. 51– 64, 2014. DOI: 10.5894/rgci424

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C.N.S.; BROADHURST, M.K.; MEDEIROS, R.P.; DIAS, J.H.. **Resolving environmental issues in the southern Brazilian artisanal penaeid-trawl fishery through adaptive comanagement**. Marine Policy, v. 42, n. 1, p. 133-141, 2013. DOI: 10.1016/j.marpol.2013.02.00

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **Território e identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ISSN: 1808 2653, Seção Três Lagoas - MS, v. 1, n. 6, 2007.

SOUZA, N. J.. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. D. O.. **The Use of Action Research in the Management of Environmental Problems**. Reciis - Electronic Journal of Communication, Information & Innovation in Health, v. 1, n. 1, p. 91–98, 2007. DOI:10.3395/reciis.v1i1.37en

TOLEDO, V. M. **Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade**. In: LEVIS, S. et al (Ed.). Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press. 2001. Disponível em: <[http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20\(1\).pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 out. 2014

TRIPP, D.. **Action research: a methodological introduction**. Educacao e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

TUBINO, R.A.; MONTEIRO-NETO, C.; MORAES, L. E. DE S.; PAES, E. T.. **Artisanal fisheries production in the coastal zone of Itaipu, Niterói , RJ, Brazil**. Brazilian Journal of Oceanography, v. 55, n. 3, p. 187-197, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-87592007000300003>.